



CONTRATO Nº 19/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1263/2025

CONTRATO Nº 19/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM E, DE OUTRO, A EMPRESA LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA DISPENSA (CONVENCIONAL) Nº 19/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1263/2025, NOS TERMOS DO ART 75, VIII, DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Pelo presente instrumento de contrato de Prestação de Serviços, de um lado, o **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM**, Autarquia Municipal, devidamente inscrita no CNPJ. sob nº 59.045.351/0001-61, com sede Praça da Liberdade, nº 10 - Jardim Sinobe – Francisco Morato/SP, neste ato representada pelo Senhor Superintendente da Autarquia, **THIAGO CAMPOS AMADO**, Brasileiro, solteiro, funcionário público, portador da célula de identidade RG [REDACTED] e CPF/MF [REDACTED] com endereço profissional acima indicado, de ora em diante denominado simplesmente **SAME/FM** e, de outro lado, a Empresa: **LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 05.652.247/0001-06, com sede na Avenida Guido Aliberti, nº 3005, Bairro Jardim São Caetano, São Paulo/SP, CEP 09581-680, neste ato representada pela Sra. **ALEXSANDRA CIOTTA**, Brasileira, divorciada, Gerente de Licitações/Responsável Técnica, portadora da Cédula de Identidade [REDACTED] e, inscrito no CPF sob nº [REDACTED] de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, considerando o contido no Processo nº 1263/2025, têm entre si justo e livremente convencionado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente a **Contratação de empresa especializada para locação de Aparelho CPAP (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas)** destinado ao tratamento de apneia obstrutiva do sono, para cumprimento à liminar judicial concedida nos autos do processo nº 1001127-73.2025.8.26.0197 ao paciente [REDACTED] (Serviço de Assistência Médica) de Francisco Morato/SP, bem como a outros pacientes que posteriormente possam apresentar prescrição médica especializada para o referido tratamento, pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da emissão de Ordem de Serviço.



Locação de Aparelho CPAP (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas)						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
01	Aparelho CPAP (pressão positiva contínua nas vias aéreas) destinado ao tratamento de apneia obstrutiva do sono, com as seguintes especificações: • Modo de funcionamento: CPAP fixo, CPAP automático • Nível de ruído: 26 dB • Intervalo de pressão: 4 a 20 cmH₂O • Define pressão fixa: sim (somente no modo fixo) • Define pressão automática: sim • Rampa: automático • Compensa vazamento: sim • Alívio de pressão: APE com Easy-Breathe • Medidas (A x L x C): 11,6 cm x 25,5 cm x 15,0 cm • Peso: 1.248 kg • Requisitos elétricos: 100-240V, 50-60Hz 1,0-1,5A 115 V, 400 Hz, 1,5A (nominal para uso em aeronave) Saída CC: 24V 3,75A • Consumo de energia: 53 W (57 VA) Pico: 104 W (108 VA) • Aceita bateria (acessório não incluso): Sim • Cartão de dados: Cartão SD ou Wi-Fi • Armazenamento de dados: completo (IA, IH, IAH, IAC, Fuga, LF, RERA, Pressão, Horas de uso) • Software: ResScan e AirView • Compensação de altitude: automática • Auto ON/OFF: sim • Lembrete para paciente: sim Itens inclusos: • CPAP com umidificador integrado • Tubo (traqueia) SlimLine 2m • Cartão de dados SD (1 Gb de memória) • Cabo de energia • Fonte de energia • Manuais em português • Filtros específicos • Bolsa de transporte E demais acessórios necessários para bom funcionamento do equipamento, devendo a troca ser feita de acordo com o indicado pelo fabricante ou prescrição médica, o que ocorrer primeiro.	AIRSENSE S10/RESMED ANVISA 80047300521	Mês	12	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00



VALOR TOTAL	R\$ 4.560,00
-------------	--------------

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1. O Preço certo e ajustado para pagamento, conforme Proposta de Preços apresentada pela contratada, será R\$ 4.560,00 (quatro mil e quinhentos e sessenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado em parcelas mensais, conforme o cronograma abaixo:

- 1ª Parcela (30%): Após a entrega e a instalação dos Aparelhos e itens inclusos, bem como o treinamento dos pacientes para uso adequado dos equipamentos;
- 2ª Parcela (30%): Após 30 dias de funcionamento sem intercorrências;
- 3ª Parcela (20%): Após 60 dias de funcionamento sem intercorrências;
- 4ª Parcela (20%): Após 90 dias de funcionamento sem intercorrências.

3.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará ao Gestor do Contrato, após cada período mensal de prestação dos serviços a respectiva Nota Fiscal, acompanhada das devidas certidões de regularidades fiscais/fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados no período a que o pagamento se referir.

3.3. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão indicado na cláusula acima.

3.4. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada ao Gestor Do referido contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

3.5. Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.



3.6. Deverão ser apresentadas junto a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões de Regularidade:

- a) Certidão negativa Conjunta de Débitos ou positiva com efeitos negativos relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- b) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos mediante apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida com base do artigo 642-A da Consolidação das Leis Trabalho – CLT e inciso III do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução n.º 1.470 de 2011 do Tribunal Superior do Trabalho, alteradas pelos Atos TST.GP n.º 772/2011 e n.º 01/2012.
- d) Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos quanto aos Tributos Mobiliários, ISS, localização e funcionamento, expedida pela Fazenda Municipal.

Parágrafo único: excepcionalmente no mês de janeiro de cada exercício o pagamento se dará até o dia 31, haja vista, o encerramento e a abertura do orçamento do município.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA E DO ORÇAMENTO

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato, estimado em R\$ 4.560,00 (quatro mil e quinhentos e sessenta reais) onerarão os recursos orçamentários e financeiros reservados através da dotação orçamentária n.º:

- 03.00.00 SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato
- 03.01.00 SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato
- 10.301.0012.2021 – Conservação e Funcionamento dos Serviços do SAME
- 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros

Destinação de recurso

01.310.0000 – Recurso Municipal



CLÁUSULA QUINTA: DA NOTA DE EMPENHO

5.1. As Notas de Empenho quando de sua expedição, deverão ser retiradas na Coordenadoria de Finanças do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME.

CLÁUSULA SEXTA: LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO/INSTALAÇÃO

6.1. A empresa vencedora deverá instalar o equipamento no domicílio do paciente, dentro dos limites do Município de Francisco Morato, conforme solicitado pela Superintendência da Saúde;

6.2. A Contratante poderá rejeitar. No todo ou em parte, o objeto contratado em desacordo com as especificações e condições do Termo de Referência, fixando prazo para a regularização;

6.3. O equipamento deverá ser instalado na residência do paciente, por pessoal habilitado, em perfeito estado, higienizado, e em plenas condições de uso, além de incluir todos os materiais necessários para a instalação e treinamento para família e cuidados;

6.4. Deverão acompanhar o Equipamento todos os acessórios necessários para o seu perfeito funcionamento cabendo a empresa vencedora realizar a troca dos acessórios a cada 3 meses ou conforme prescrição médica, ou ainda de acordo com as orientações do fabricante (aquilo que ocorrer primeiro);

6.5. A empresa vencedora deverá fornecer sem qualquer ônus para a contratante e para o responsável pelo paciente, equipamento idêntico e em perfeitas condições de uso para reposição, quando esse apresentar defeito, no prazo máximo de 24 horas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO CONTRATUAL

7.1. Este contrato vigorará estimamente por 12 (doze) meses, contados do dia **05/05/2025 a 04/05/2026**, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais, se presentes razões de interesse público.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:



8.1. Constituem obrigações das partes:

I – DO SAME

- a) Comunicar à empresa Contratada, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada durante o processo de fornecimento dos produtos, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas
- b) - Promover o recebimento no prazo fixado.
- c) - Efetuar o pagamento no prazo fixado neste termo.

II – DA CONTRATADA:

- a) - Entregar e instalar o Aparelho e seus itens nos locais especificados, dentro do prazo estabelecido, orientando o paciente ou seu responsável legal a utilizar corretamente o Aparelho e os itens inclusos;
- b) - Garantir o funcionamento contínuo e eficiente dos equipamentos, com monitoramento 24 horas;
- c) - Realizar a manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário, sem custo adicional;
- d) - A Contratada arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à contratante;
- e) - Manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação com o Serviço Público, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21;
- f) - A Contratada responsabilizar-se-á pelos danos causados direta e indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a execução do serviço;
- g) - A Contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;



- h) - A Contratada sujeitar-se-á à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Coordenadoria da contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações da mesma, visando o fiel cumprimento do contrato;
- i) - A Contratada observará todas as exigências de segurança na entrega do equipamento Objeto deste Termo de Referência;
- j) - A Contratada responderá por qualquer dano que for causado à CONTRATANTE e/ou a terceiros em decorrência da má execução do contrato;
- k) - A Contratada responsabilizar-se-á por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações: sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, que resultem na execução do objeto deste instrumento;
- l) - A Contratada manterá durante o período de execução do contrato, as condições de regularidade fiscal junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como as condições de qualidade exigidas neste Termo de Referência;
- m) - A Contratada proverá todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento e/ou serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- n) - A Contratada deverá comprovar fato superveniente não imputável a ela, que inviabilize a execução do serviço, comprovado pelo fabricante e/ou a empresa;
- o) - A Contratada deverá disponibilizar meios de comunicação direta com o paciente ou seu responsável legal, no intuito de que o usuário notifique de maneira rápida quanto a falhas apresentadas na utilização dos equipamentos e/ou itens inclusos.
- p) - Substituir, imediatamente, os equipamentos e/ou acessórios em que verificarem defeitos e impossibilidade de funcionamento;
- q) - É de responsabilidade da Contratada o fornecimento ao SAME/FM e aos responsáveis pelo paciente, de instruções de segurança e manual



para manuseio dos equipamentos, conforme normas da ABNT, e listagem completa de todos os acessórios, necessários a sua utilização;

r) - Prestar e se Responsabilizar por todas as despesas decorrentes de manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças, sem ônus adicional para o SAME/FM;

s) - Treinar sempre que necessário os funcionários, pacientes, familiares e/ou cuidadores para o correto manuseio dos equipamentos/acessórios;

t) - Manter os dados cadastrais atualizados junto ao SAME;

u) - Comunicar imediatamente ao SAME qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, necessários para o recebimento de correspondências;

v) - Apresentar relatório de acompanhamento do paciente referente a execução dos serviços do mês, relatando o período de execução. Acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços;

x) - A contratada se responsabilizar pelo recolhimento e transporte do equipamento no local solicitado;

y) - Feito o comunicado para o recolhimento do equipamento a contratada, não poderá lançar cobranças após o mesmo e se houver o SAME/FM notificará a contratada e efetuará glosa em fatura

CLÁUSULA NONA: DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Considerando o Tratamento de Dados Pessoais que é realizado pelas Partes, seus funcionários, representantes, contratados ou outros, as partes devem garantir que qualquer pessoa envolvida no Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, em razão deste instrumento, cumprirá esta cláusula, sendo que as partes atuarão conjuntamente nas operações que tratem Dados Pessoais:

CONTRATADA: LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: ALEXSANDRA CIOTTA
E-mail: licitacao@lumiarsaude.com.br



CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: **MARA CRISTINA DAL SASSO LOURENÇO**

E-mail: mara.lourenco@saude.franciscomorato.sp.gov.br

- 9.2. As partes tratarão os dados pessoais para a finalidade e as obrigações contratuais descritas neste instrumento ou outras definidas por meio de aditivos contratuais. Igualmente, as partes não coletarão, usarão, acessarão, manterão, modificarão, divulgarão, transferirão ou, de outra forma, tratarão dados pessoais, de maneira que viole a finalidade, dando ciência à outra parte sobre qualquer incidente. As partes tratarão os dados pessoais em observância a todas as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.
- 9.3. As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente instrumento, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da parte infratora responder pelas perdas e danos devidamente apuradas.
- 9.4. As partes reconhecem que os dados pessoais sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de tratamento de dados pessoais sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como por exemplo, a criptografia. As partes concordam em realizar o tratamento de dados pessoais sensíveis apenas quando estritamente necessário para cumprir com as disposições contratuais.
- 9.5. As partes assegurarão que os dados pessoais não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento expresso do detentor dos dados ou quando não haja base legal. Caso seja ajustada entre as partes estas operações de tratamento, elas devem garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos dados pessoais estabelecida neste instrumento. As partes serão responsáveis por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao tratamento dos dados pessoais, como se as tivessem realizado.



- 9.6. As partes concordam e declaram possuir medidas implementadas para proteger as informações pessoais tratadas, possuir uma política de segurança da informação instituída, a qual deverá determinar medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas.
- 9.7. As partes concordam que qualquer auditor ou empresa de segurança terceirizada que celebre um contrato com uma das partes deverá:
- I. Usar as informações confidenciais da outra parte somente para fins de inspeção ou auditoria;
 - II. manter as informações confidenciais da outra parte (incluindo quaisquer informações relativas a seus outros clientes) confidenciais; e
 - III. Tratar os dados pessoais em observância às regras aqui estabelecidas.
- 9.8. Quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, as partes deverão devolver os dados pessoais compartilhados em razão das finalidades previamente pactuadas e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos, desde que inexistir base legal para tratamento desses dados. Não obstante, em caso de solicitação expressa e justificada, por escrito, de uma das partes, deverá a outra parte manter em arquivo os dados pessoais compartilhados para cumprimento da finalidade determinada pelo presente instrumento, pelo tempo determinado na solicitação.
- 9.9. Não obstante qualquer disposição em contrário, as obrigações definidas nesta Ata de Registro ou Contrato, perdurarão enquanto as partes continuarem a ter acesso, estiverem na posse, adquirirem ou realizarem qualquer operação de tratamento aos dados pessoais.
- 9.10. Obtidos em razão da presente relação contratual, mesmo que o presente instrumento tenha expirado ou sido rescindido.
- 9.11. Caso os prazos omissos na legislação venham a ser regulamentados, as partes permanecerão a cumprir os prazos aqui previstos, desde que não sejam contrários ao previsto na legislação – se assim for, estes prevalecerão em detrimento dos prazos aqui acordados, em tempo hábil e sem demora injustificada, sem que haja prejuízo a qualquer uma das partes no atendimento das requisições realizadas



pelos titulares de dados, ou, ainda, em situações que envolvam incidentes de segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA: GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO

10.1 – Garantia:

10.1.1 - A contratada garantirá o funcionamento dos Aparelhos e itens inclusos por um período de 12 meses, contados a partir da data de instalação;

10.1.2 - Durante o período de garantia, a contratada deverá corrigir eventuais falhas sem custo adicional.

10.2 – Peças de Reposição:

10.2.1 - A contratada deverá fornecer peças/itens de reposição com prazo máximo de 12 horas para atendimento de emergências, a partir do contato do paciente com a Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES E PENALIDADES

11.1. A CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- IX. Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou ontratar.

Parágrafo 1º. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo 2º. A sanção prevista no inciso I da subcláusula 11.2. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula 11.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo 3º. A sanção prevista no inciso II da subcláusula 11.2., calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na subcláusula 11.1..



Parágrafo 4º. A sanção prevista no inciso III da subcláusula 11.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 11.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo 5º. A sanção prevista no inciso IV da subcláusula 11.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da subcláusula 11.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 11.1. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Parágrafo 4º desta subcláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo 6º. A sanção estabelecida no inciso IV da subcláusula 11.2., será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

Parágrafo 7º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da subcláusula 11.2., poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II da subcláusula 11.2..

Parágrafo 8º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo 9º. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 11.2., não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



11.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme descrito na subcláusula 11.4.;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, com o consequente descredenciamento, pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, conforme descrito na subcláusula 11.5.;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;

11.4. A multa de que trata o inciso II da subcláusula 11.2., será aplicada da seguinte forma:

- I. nos casos de atraso na entrega do objeto ou na entrega meramente parcial, que se prolongue até o 10º (décimo) dia, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculado sobre o valor do empenho;
- II. nos casos de atraso na entrega do objeto ou entrega meramente parcial, que se prolongue do 11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculado sobre o valor do empenho;
- III. à licitante que pretendendo se valer do tratamento dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, não apresentar os documentos



eventualmente necessários à complementação da habilitação jurídica, será também aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta que tiver inicialmente apresentado no certame;

IV. nos casos de inexecução total da obrigação, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho;

11.4.1. Para a aplicação da multa de mora tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor acionará, por meio de memorando, o departamento financeiro deste Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME, para que proceda ao desconto por ocasião do pagamento das notas fiscais/faturas, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador de multa.

11.5. Ficará impedida de contratar com o Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME e será descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de 03 (três) anos, conforme previsto no inciso III da subcláusula 11.2., sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que, sagrada vencedora:

- I. recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato quando for o caso;
- II. Deixar de entregar documentação exigida;
- III. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- IV. Não mantiver a proposta de preço.

11.6. Será Declarada inidônea e descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de 06 (seis) anos conforme previsto no inciso VI da subcláusula 11.2., sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que:

- I. falhar ou fraudar na execução do objeto;
- II. comportar-se de modo inidôneo;
- III. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.



11.7. A licitante e a adjudicatária somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

I. comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

II. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

11.8. As multas e demais penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

11.9. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Superintendente do SAME/FM e protocolizados em dias úteis, das 9h00min às 16h00min, na Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar – Jd. Sinobe – Francisco Morato (SP) – CEP: 07908-165.

11.10. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

11.11. Após o vencimento do prazo recursal, os valores referentes às penalidades pecuniárias serão cobrados nos moldes do subitem 11.4.1. Não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO GESTOR DO CONTRATO

12.1. O Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização na manutenção do contrato.

12.2. A fiscalização acima descrita, em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades legais.

12.3. Ficará designada como GESTOR do Contrato a(o) Sra. **GEISA LOPES CUEVAS** – Coordenadora de Atenção Básica, ou quem a substituir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO



12.1. Será admitido o reajuste do preço do serviço objeto deste contrato, com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice de Preço ao Consumidor – IPC/FIPE) ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

§ 1º Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste em até 30 (trinta) dias anteriores à data do vencimento do contrato, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

§ 2º O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

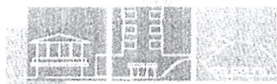
§ 3º A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

12.2. A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da Internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado, a qual será analisada a Procuradoria-Geral da Autarquia.

12.3. - A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser respondida/apreciada, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo CONTRATADO.

12.4. - A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data de assinatura do Termo Aditivo.

12.5. O pedido de Reajuste e/ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato deverá ser protocolado na Secretaria do SAME – Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar, Jardim Sinobe – Francisco Morato/SP, ou pessoalmente ou via Correspondente, cabendo ao solicitante o acompanhamento e confirmação do recebimento e seu devido protocolo.



12.6. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

12.7. O Contratante, nos casos de revisão de preços, lavrará Termo Aditivo com os preços revisados e emitirá Nota de Empenho complementar.

12.8. Na hipótese de revisão de preços a favor da Autarquia, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato. Parágrafo único: excepcionalmente no mês de janeiro de cada exercício o pagamento se dará até o dia 31, haja vista, o encerramento e a abertura do orçamento do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

13.1. O presente Contrato poderá ser cancelado, de pleno direito:

13.1.1. Pelo SAME/FM quando:

- a) A contratada não cumprir as obrigações constantes no termo de referência;
- b) A contratada não retirar a Ordem de Serviço ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se o SAME/FM não aceitar sua justificativa;
- c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do pedido, decorrente do Termo de Contrato;
- d) Os preços negociados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a contratada não aceitar a sua redução;
- e) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração;
- f) A comunicação do cancelamento do contrato, nos casos previstos na letra "a" deste subitem, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Termo de Contrato;
- g) Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o Termo de Contrato.



13.1.2. Pela contratada quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Termo de Contrato.

13.1.3. A solicitação da contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no contrato, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O SAME reserva-se o direito de recusar o recebimento do produto que não atender as especificações ou que sejam considerados inadequados pela Fiscalização, sem que caiba qualquer ressarcimento ou contraprestação, sendo obrigação da CONTRATADA proceder à respectiva substituição, imediatamente.

14.2. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo que por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste contrato e/ou dos documentos e anexos do Edital que dele fazem parte, tal fato não terá o condão de liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas e plenamente exigíveis, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

14.3. Este contrato, regula-se por suas próprias cláusulas, rege-se pela Lei 14.133 de 01 de abril 2021, sujeita-se às normas de Direito Público, aplicando-se-lhe, somente supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. Elegem, as partes contratantes, o Foro desta Comarca de Francisco Morato /SP, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

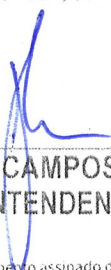
Francisco Morato, 05 de maio de 2025.



PREFEITURA DE
FRANCISCO MORATO
A Cidade que Trabalha, Aprende e Cresce

SAME

Serviço de Assistência Médica
de Francisco Morato


THIAGO CAMPOS AMADO
SUPERINTENDENTE – SAME

Documento assinado digitalmente

gov.br

ALEXSANDRA CIOTTA

Data: 12/05/20

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ALEXSANDRA CIOTTA
LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

TESTEMUNHAS:

NOME: Jacqueline da S. Batista CPF: [REDACTED]

NOME: Maria C. J. S. Lourenço CPF: [REDACTED]



PREFEITURA DE
FRANCISCO MORATO
A Cidade que Trabalha, Aprende e Cresce

SAME
Serviço de Assistência Médica
de Francisco Morato

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM

CONTRATADO: LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATO Nº: 19/2025

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a Contratação de empresa especializada para locação de Aparelho CPAP (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas) destinado ao tratamento de apneia obstrutiva do sono, para cumprimento à liminar judicial concedida nos autos do processo nº 1001127-73.2025.8.26.0197 ao paciente J.L.S.F., imputada ao SAME (Serviço de Assistência Médica) de Francisco Morato/SP, bem como a outros pacientes que posteriormente possam apresentar prescrição médica especializada para o referido tratamento, pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da emissão de Ordem de Serviço.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: JULIO CEZAR DA SILVA CATALANI – OAB/SP 218.757

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

PREFEITURA DE FRANCISCO MORATO
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SAME
Praça da Liberdade, 10, Jardim Sinobe - 2º andar
Telefone: 4489 - 8920



2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Francisco Morato, 05 de maio de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: ALEXSANDRA CIOTTA

Cargo: GERENTE DE LICITAÇÕES

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

Documento assinado digitalmente

ALEXSANDRA CIOTTA

Data: 12/05

Verifique em <https://validar.id.gov.br>

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: GEISA LOPES CUEVAS

Cargo: COORDENADORA DE ATENÇÃO BÁSICA

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____